

POLÍTICA MINEIRA E A INTEGRAÇÃO SOCIOCULTURAL E SUSTENTÁVEL DOS REASSENTAMENTOS EM CATEME-MOÇAMBIQUE: 2009-2017

Cremildo de Abreu Coutinho¹

Introdução

O governo de Moçambique tem desenvolvido várias ações tendentes à redução da pobreza e à consequente mudança em direção ao desenvolvimento. Uma das ações desenvolvidas tem sido a permissão de investimento estrangeiro no país que, por sua vez, contribui com divisas as quais, se usadas corretamente, podem contribuir para o incremento do desenvolvimento. É neste âmbito que, em 2007, o governo celebrou um contrato com a empresa Vale Moçambique para o início da extração do carvão mineral na bacia carbonífera do distrito de Moatize. Pelo fato do objeto em causa encontrar-se no subsolo de várias povoações localizadas no distrito retrocitado, foi imprescindível a deslocação da população do local onde habitualmente residia e o consequente reassentamento noutras localidades, incluindo o povoado de Cateme.

Entretanto, durante e depois do processo de reassentamento, têm-se verificado vários conflitos entre a população afetada e a mineradora Vale Moçambique, em que se destacam a resistência em não querer abandonar os locais onde anteriormente residiam, a relutância em receber as casas construídas pela Vale Moçambique, por parte dos potenciais reassentados, e, posteriormente, a ocorrência de manifestações que culminaram com o bloqueio das vias de acesso frequentemente usadas pela empresa, feito pela

¹ Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Pedagógica, Maputo, Moçambique. E-mail: cremildo.coutinho@gmail.com

população reassentada. Estas problemáticas gravitam na seguinte pergunta de partida: Que razões estão por detrás dos conflitos no reassentamento da população em Cateme? Este questionamento abre espaço para a satisfação do objetivo geral da pesquisa que é compreender as implicações do reassentamento da população em Cateme, cujo processo obedeceu metodologicamente três etapas. Na primeira fez-se a leitura de obras com conteúdos relacionados ao assunto com o intuito de enquadrar o pesquisador no que já foi escrito sobre o tema. Na segunda etapa cumpriu-se com o trabalho de campo em que, para além da observação, privilegiaram-se entrevistas que tiveram lugar no Centro de Reassentamento de Cateme e no Governo do Distrito de Moatize, entre Agosto de 2015 à Junho de 2017. Nesta etapa conversou-se com 32 informantes sendo 31 reassentados e 1 membro de governo de Moatize. As idades dos entrevistados variam entre 21 a 83 anos. A escolha desta faixa etária é por considerarem-se pessoas que possam fornecer informações fiáveis. A alocação de quase a totalidade das entrevistas aos reassentados é pelo fato destes serem os sujeitos que sofreram diretamente a mudança. A entrevista efetuada com o responsável do governo foi feita pelo fato desta instituição, a par da Vale Moçambique, delinear as estratégias e concretização do reassentamento e foi suficiente porque assume-se que tudo o que transmitiu-se foi na perspetiva de porta-voz. As conversas com os informantes foram feitas em português e nhúngue porque tanto o pesquisador quanto os informantes comunicam-se nesses idiomas. Entretanto, apesar de várias tentativas não foi possível conversar com o porta-voz da Vale Moçambique, pretensão minimizada pela disponibilização do seu *Position Paper* (Vale Moçambique, 2013), o qual esclarece, de forma transversal, as posições da mineradora em torno do processo de reassentamento em Cateme. A terceira etapa foi reservada ao tratamento e análise dos dados.

O presente trabalho tem como referencial teórico de análise a Gestão Social na perspectiva de Cançado *et al.* (2011). Estes autores advogam que a gestão social preocupa-se com o envolvimento de todos no processo de tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último. Em concordância com Tenório (2008b, p. 160), os autores incorporam ainda o conceito de cidadania deliberativa, a qual deve intermediar a relação entre os intervenientes. Portanto, Cidadania deliberativa significa, em linhas gerais, que a legitimidade das decisões deve ter origem em processos de discussão orientados pelos princípios de inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum. Como ênfase, a gestão social pode ser definida como aquela orientada para o social (enquanto finalidade) pelo social

(enquanto processo), norteadas pelos princípios da ética e da solidariedade (Fischer e Melo, 2006, p. 17). Para que a decisão seja efetivamente coletiva, ela deve ser livre de coerção e todos devem ter a liberdade de manifestar o que pensam (Tenório, 2008b, p. 161). Além disso, a tomada de decisão é baseada no entendimento, na argumentação e não na negociação no sentido utilitário do termo. A decisão é realmente coletiva, a coerção é estranha ao processo, e o entendimento (e não a negociação) deve ser seu caminho. É aqui onde emerge a dialogicidade acima indicada como outra característica da gestão social. A transparência, ora mencionada, surge como condição necessária para as outras características, pois o segredo e a assimetria de informação tornam inviável a tomada de decisão coletiva baseada no entendimento esclarecido. Neste sentido, a linguagem deve ser inteligível a todos os participantes. Baseando-se em Freire (1987, 1996, 2001) e Tenório (2008a, p. 161), tem-se a emancipação do homem como fim da gestão social, baseada nas características anteriores, no processo democrático deliberativo e no exercício pleno da cidadania. A participação efetiva no processo de tomada de decisão traz crescimento e amadurecimento para os atores (Freire, 1987, 1996, 2001), que ampliam sua visão de mundo enquanto seres humanos, dotados de razão e cidadãos participantes de uma esfera pública.

A teoria de Gestão Social foi importante para a investigação pelo fato do problema em estudo estar relacionado com um conflito social. Portanto, ferramentas como a cidadania deliberativa, a dialogicidade, transparência e a emancipação são a chave para que se minimizem os conflitos sociais e os conflitos causados pelos reassentamentos involuntários em particular. Correlativamente, os dados colhidos no campo foram rigorosamente analisados tendo em conta este manancial teórico.

No que se refere a aspectos conceituais destacam-se três palavras-chave que são: integração, cultura e desenvolvimento sustentável cujas interpretações vêm ilustradas a seguir:

Pires (1999) afirma que o termo integração é corretamente usado na literatura sociológica para designar, no plano micro, o modo como os atores são incorporados num espaço social comum e, no plano macro, o modo como são compatibilizados diferentes subsistemas sociais. Para as duas situações, o conceito integração está relacionado com as dinâmicas de mudança social. Por sua vez, Leite & Morosini (1992) definem integração numa perspectiva economicista e afirmam que o principal propósito da integração é a alavancagem econômica dos países participantes, objetivo que deve estar intimamente associado à produção social e cultural dos países envolvidos. Ambas as definições complementam-se pelo fato da primeira tecer aspectos ligados

às dinâmicas da mudança social que conduz os sujeitos a incorporarem-se num espaço comum e a segunda por incluir a integração dos cidadãos como um pressuposto com vista a obtenção de experiências transnacionais.

Quanto ao termo cultura, Laraia (2001, p. 14), afirma que o mesmo foi sintetizado por Edward Tylor (1832-1917) no vocábulo inglês *Culture*, que, tomado em seu amplo sentido etnográfico, é o complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis e costumes adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. Por sua vez, Bosi (1996) advoga que cultura é um conceito que abrange todas as realizações materiais e os aspectos espirituais de um povo. Acrescenta que cultura congrega um conjunto de práticas, de técnicas, de símbolos e de valores que devem ser transmitidos às novas gerações para garantir a convivência social. Para Chiavenato (2003), a cultura é um termo genérico utilizado para significar duas acepções diferentes. De um lado, o conjunto de costumes, civilização e realizações de uma época ou de um povo e, de outro lado, artes, erudição e demais manifestações mais sofisticadas do intelecto e da sensibilidade humana, consideradas coletivamente e em contextos organizacionais específicos. Constata-se aqui a complementaridade nas definições da cultura tendo em conta a valorização dos conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes de um povo e a essência do relativismo.

Entretanto, Beyhaut (1994, p. 15) congrega os conceitos de integração e cultura. Para este pensador, a verdadeira integração realiza-se em nível das culturas e deve-se desconfiar das explicações habituais que vêem a integração cultural como um processo social vertical, ou seja, imposto de cima para baixo. Portanto, a integração cultural se apresenta como um processo muito variado, fundamentalmente espontâneo, pouco afetado pela adoção de medidas de governos, devendo-se levar em conta que a civilização industrial e a expansão dos modelos difundidos por economia e tecnologia ocidentais não implicam criar um mundo sempre igual, sem variações locais e com participação mínima das sociedades dependentes. Bourdieu (1974) acrescenta uma perspectiva histórica na qual a integração cultural torna verdadeiramente compreensíveis os esquemas de pensamento de uma época, consagrando-a como hábitos de pensamento comuns a uma geração.

O último conceito que merece uma atenção especial no trabalho é o desenvolvimento sustentável que surgiu durante a Comissão de Brundtland, na década de 1980, onde foi elaborado o relatório *Our Common Future*, quando a primeira ministra norueguesa, Gro Harlem Brundtland, apresentou o conceito como “a forma como as atuais gerações satisfazem as suas necessidades sem, no entanto, comprometer a capacidade de gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (Brundtland *apud* Scharf, 2004, p. 19). Já

em 1986 a Conferência de Ottawa (Carta de Ottawa, 1986) estabelece cinco requisitos para se alcançar o desenvolvimento sustentável: integração da conservação e do desenvolvimento, satisfação das necessidades básicas humanas, alcance de equidade e justiça social, provisão da autodeterminação social e da diversidade cultural, e a manutenção da integração ecológica. Para Camargo (2003, p. 43), desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas. Na perspectiva de Cavalcanti (2003) sustentabilidade significa a possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema. Entretanto, no presente trabalho usou-se a definição de desenvolvimento sustentável na perspectiva de Camargo (2003) e na Carta de Ottawa, (1986) descritos anteriormente que, na óptica do investigador, são definições mais exaustivas. Porém, outras definições de desenvolvimento sustentável apresentadas ilustram um encadeamento de ideias cujo denominador comum é a harmonia entre a questão financeiras e ambiental para atender as aspirações humanas no presente, sem comprometer as gerações futuras.

Com a pesquisa pretende-se contribuir para uma reflexão no seio da comunidade científica em torno de reassentamentos motivados pela extração mineira e clarificar os contornos de um dos processos de reassentamento mais comentados na atualidade em Moçambique pelo fato da maioria dos cidadãos não terem acesso pormenorizado do que realmente aconteceu.

Visão geral do contexto em que ocorreu o reassentamento

A mineração e o reassentamento devem ser vistas a luz da longa história de migração humana que remonta ao período em que Moçambique não existia como um país, mas um conjunto de territórios autônomos como o sultanato de Angoche, o reino Mataka e o império de Monomotapa que, de forma independente, já extraíam e comercializavam minérios valiosos como o ouro e pedras preciosas. Contudo, os reassentamentos com características próximas dos atuais e orientados pelo Estado, tiveram lugar num contexto em que Moçambique já era uma província ultramarina sobre a égide de Portugal.

De acordo com Lillywhite *et al.* (2015, p. 5) em meados dos anos 1900, Portugal, juntamente com outras nações colonizadoras, seguiu um processo de aldeamento de camponeses que envolveu o agrupamento de

assentamentos dispersos em aldeias. Esta prática representava uma estratégia de defesa, motivada politicamente para conter os guerrilheiros nacionalistas, que lutavam pela independência de Moçambique, a qual foi alcançada em 1975. Depois da independência, o recém-formado Estado continuou a estratégia de agrupamento da população rural em aldeamentos cujo objetivo era de facilitar a intervenção do Estado, visando o desenvolvimento social, baseado em pressupostos de índole socialista.

Outros reassentamentos com características semelhantes foram conduzidos no cumprimento da resolução N° 2 de 23 de Março, publicada no Boletim Oficial do Estado, que defendia a Operação Produção (1983), o qual fora definido pelo Comité Central do partido FRELIMO como o da 'produção' e o do 'reforço da economia' (Quembo, 2012, p. 67). Assim, muitos cidadãos considerados improdutivos, através das rusgas, foram capturados e enviados para campos de reeducação na província de Niassa, como é o caso do distrito de Unango e na província da Zambézia, onde se destaca o campo de reeducação de Caríco no distrito de Milange. Para além de reassentamentos apresentados anteriormente, há outras realidades motivadas por catástrofes como as cheias cíclicas em bacias hidrográficas onde passam os rios Zambeze, Limpopo e Licungo, o qual obriga o governo de Moçambique a reassentar populações para espaços considerados seguros.

Outros conteúdos que abordam a problemática de reassentamento já foram desenvolvidos por autores como Carson (1989), O Governo do Distrito Federal de Brasília (2008), Selemane (2010), Gustavo (2008) cuja essência é, fundamentalmente economicista e ambientalistas, para além das obras como as escritas pelo Ministério Brasileiro do Ambiente (2006), O Ministério de Integração Nacional do Brasil (2008), Pagliarini-Junior (2009), cujo fenômeno está direcionadas a aspectos infraestruturas. Saindo do enfoque economicista, ambientalista e infraestrutural, a presente pesquisa difere das abordagens supracitadas, pelo fato do objeto centrar-se na integração dos reassentados, cuja motivação foi para a concretização da extração do carvão mineral. A pesquisa focou-se no aspecto inerente ao enquadramento sócio-cultural e desenvolvimento sustentável.

Com a gigantesca necessidade global de energia, tanto atual quanto futura, não há perspectiva, mesmo em longo prazo, de dispensar os combustíveis fósseis como base energética da sociedade industrial moderna. Um destes combustíveis fósseis é o carvão mineral que se, de repente, todas as fontes de energia desaparecessem, este sozinho poderia para assegurar 150 anos de consumo, isso pelos métodos até agora aplicados e as reservas mundiais existentes (José & Sampaio, 2011, p. 2). De acordo com dados da *Inter-*

national Energy Agency (2014), o carvão mineral é a segunda mais importante fonte de energia elétrica no mundo, respondendo por 30% da produção total e, projeta que o minério manterá posição semelhante nos próximos 30 anos.

Moçambique é um dos países com maiores reservas de carvão mineral a nível mundial. Portanto, existem diversas bacias carboníferas identificadas em diferentes áreas do país, nas províncias de Tete, Niassa, Cabo Delgado e Manica, algumas delas presentemente a serem avaliadas através de trabalhos de pesquisa no âmbito de mais de 100 títulos mineiros atribuídos a várias identidades (pessoas singulares e coletivas) [MEDIAFAX de 22 de Julho de 2010, p. 7]. Por conseguinte, em Junho de 2007, o Governo moçambicano assinou um contrato que atribui uma concessão mineira à Vale Moçambique, propriedade da gigante Vale, ex-Companhia Vale do Rio Doce, uma empresa do grupo Companhia Vale do Rio Doce fundada em 1942 no Brasil (Selemane, 2009, p. 21). Esta empresa faz a exploração de carvão mineral na Bacia Carbonífera de Moatize na província central de Tete e transferiu, de 9 de Novembro de 2009 a 28 de Abril de 2010, mais de 760 famílias (das 1.313 registadas) que habitavam nas zonas de produção de carvão mineral no município da Vila de Moatize (Ibid).

Em concordância com Mosca & Selemane (2011) e Fian (2010), as comunidades identificadas como pertencentes a espaços urbanos da vila foram reassentadas no bairro 25 de Setembro. A maioria da população que vivia em comunidades consideradas rurais, com enfoque para os residentes nas comunidades de Mithethe, Malabwe, Yagombe, parte da comunidade de Chipanga e Bairro de Bagamoio, foram reassentados numa área que dista 45 km da cidade de Tete (cidade capital provincial) e a cerca de 30 km da vila de Moatize (em Cateme), numa região em que a Vale Moçambique se encarregou de providenciar as condições básicas para a sobrevivência dessas comunidades, com a construção de novas habitações, fornecimento de um hectare de terra por família para o cultivo agrícola, construção de salas de aula e unidade sanitária, para além de outras infraestruturas.

Comparação das condições de vida antes e depois do reassentamento

O processo de reassentamento em Cateme trouxe consigo algumas mudanças no quotidiano dos afetados o que, por sua vez, abriu espaço para um processo adaptativo e de integração que, como é óbvio, não foi voluntário. Portanto, esta realidade surge em consequência de imposição dos agentes

que orientaram o processo de reassentamento no local em alusão. Esta reflexão surge pelo fato da maioria dos informantes reassentados em Cateme afirmarem que o seu cotidiano não é o mesmo e, várias evidências ilustram este sentimento, tendo em conta as respostas que foram surgindo durante as conversas. O primeiro aspecto está relacionado com a qualidade dos terrenos atribuídos para a produção agrícola, a qual consideram não ser própria para esta atividade, por serem áridos em comparação com as machambas que tinham anteriormente, para além da dimensão das mesmas ser de apenas um hectare para cada família, independentemente do número do agregado.

Aspetos inerentes à distância que separa a Comunidade de Cateme e a Vila de Moatize também merecem realce neste estudo. Os reassentados afirmaram que a mesma é longa e cria constrangimentos. Porém, apesar da distância ser considerada longa para os reassentados, o investigador constatou que a estrada que separa os dois locais está em boas condições de transitabilidade e a mesma está alcatroada até a “porta da comunidade”.

Todavia, no processo de concretização de qualquer acção da magnitude do reassentamento involuntário, há necessidade de ações administrativas que começam com a fase preparatória, em que se delineiam estratégias viáveis para o alcance eficiente das atividades e posterior cumprimento do que está previamente planificado. Dahl (2001, p. 28) advoga que nestas ações devem-se privilegiar regras democráticas, com enfoque para a participação efetiva dos atores envolvidos no processo. Portanto, antes de ser adotada uma política pela associação, todos os membros devem ter oportunidades iguais e efetivas para fazer os outros membros conhecerem suas opiniões sobre qual deveria ser esta política.

É neste âmbito que antes do início do reassentamento houve espaço de negociações entre a mineradora Vale Moçambique e o Governo. Posteriormente, seguiu-se o período reservado à identificação dos locais destinados à transferência dos cidadãos afetados e, existem evidências de ter havido contatos entre os atores já referenciados com as populações afetadas pelo processo que culminou com o reassentamento em Cateme.

Dentre vários assuntos que fizeram parte das negociações, devem-se destacar algumas promessas feitas aos reassentados por parte da empresa Vale Moçambique, cujo caráter carece de análise, sobretudo, pela resistência que os populares apresentaram em não querer sair dos locais onde hoje se extrai o carvão mineral e que outrora foram espaços onde viviam e possuíam as suas machambas. Esta tendência vem ilustrada no seguinte depoimento:

Nós no princípio tínhamos recusado. Depois prometeram que teríamos todas as condições incluindo emprego e apoio. Prometeram também que iriam organizar projetos para os reassentados. Mas o que está a acontecer agora é que cada um batalha a sua maneira e se alguém conseguir, trabalha-se cinco ou seis meses e os contratos chegam ao fim... Prometeram também atribuir-nos boas casas, porém estas casas continuam a apresentar rachas apesar de terem vindo reparar. O problema destas casas é que não tem fundação consistente (Cidadão reassentado, 42 anos de idade).

Os cidadãos reassentados confirmam que também foram prometidos que nos primeiros cinco anos teriam direito a receber alimentação, mobília, boas casas, gado bovino, gado caprino e pombos para criação, contudo, a maioria do que foi dito não passou de simples promessas.

Para casos dos que já possuem gado bovino e caprino, estes afirmam que enfrentam problemas de pastagem devido à aridez do solo, o qual faz com que percorram longas distâncias para alimentar estes animais. Portanto, é uma realidade desafiadora e algo que não era uma rotina nos locais os quais foram obrigados a abandonar.

De acordo com o representante dos reassentados, há também uma realidade sensível que não foi cumprida e está relacionada com a exumação e transferência dos restos mortais dos entes queridos sepultados em cemitérios dos locais onde viviam antes, para mais próximo deles com vista a suavizar os espíritos. O mais agravante é que nestes locais atualmente ocorrem atividades intensas de extração de carvão mineral o qual, por sua vez, torna difícil e, em alguns casos impossíveis localizar as campas, já que foram vandalizadas.

Todavia, dentre as várias informações que demonstram o descontentamento pela forma como foram e estão sendo tratados nos oito anos da sua estadia no centro do reassentamento de Cateme constatam-se alguns casos de indivíduos que estão se adaptando melhor a esta nova realidade, o qual é demonstrada no conteúdo desta entrevista:

Para mim a vida melhorou um pouco em relação ao local donde vim. Deram-me um projeto e estou envolvido na criação de frango e consigo ter alguns resultados satisfatórios. Estou a gostar de viver cá em Cateme porque foi um imperativo. Porém gostava mais de Mithethe do que cá por ser perto da Vila de Moatize e lá fazia negócio de carvão que também era rentável (Cidadão reassentado, 42 anos de idade).

Para além do depoimento apresentado, há casos de reassentados que não assumem se a vida melhorou, ou está no mesmo patamar ou se a

mesma piorou em relação aos locais de proveniência. Limitam-se a assumir que são contextos diferentes e, o que lhes resta é conformarem-se com a nova realidade. Entretanto, tendo em conta os seus discursos, é notório que na prática algo de inovador ocorreu, como são os casos da existência de energia eléctrica 24 horas e casas cobertas de chapas, diferentemente dos locais onde saíram, cujas casas eram de capim e sem energia.

Outro aspecto que agrada as comunidades afetadas pelo processo de reassentamento tem haver com as vizinhanças. Aliás, os bairros existentes no Centro de Reassentamento de Cateme obedecem estritamente aos tecidos sociais que existiam em Mithethe, Malabwe, Yagombe, Chipanga e Bagamoio. Portanto, para a maioria destes cidadãos, quem eram vizinhos nos locais de proveniência, também são vizinhos em Cateme. Porém, existem alguns casos específicos em que esta realidade não coincide, mas estes fatos ocorrem por questões meramente opcionais.

Integração dos reassentados considerando aspectos de ordem política, cultural e a sustentável

Após uma minuciosa análise dos aspectos conflitantes, considerando a realidade no terreno, para um entendimento eficiente do fenómeno em estudo torna-se peculiar interpretar a integração dos cidadãos afetados pelo reassentamento, centrando-se nas políticas adotadas para a concretização do processo, questões sócio-culturais e simbólicas, para além da sustentabilidade dos reassentados.

Concordando com Aristóteles *apud* Amorim (2011, p. 17), o homem é por natureza um animal político e a sua natureza é regida pelos preceitos da justiça e da lei e só assim é que pode realizar plenamente a sua essência e excelência. Para além de ser político, o Homem é simultaneamente um ser cultural, por estar imbuído de um conjunto de valores ético-morais que fazem sentido num contexto social específico e transmitidos de geração em geração e pelo contato com outros padrões sociais os quais, por sua vez, definem as atitudes comportamentais do cotidiano. Todavia, Kluckhohn (1949) *apud* Geertz (1989, p. 4) advoga que, para além da cultura ser um mecanismo para a regulamentação normativa do comportamento, ela surge também como um conjunto de orientações padronizadas para os problemas recorrentes. A ordem simbólica surge para clarificar os significados que os atores dão aos seus próprios sentimentos e ações à luz do que está socialmente padronizado. Portanto, a confluência dos aspectos políticos, culturais e simbólicos são os

pilares para a compreensão da essência da integração dos reassentados na comunidade de Cateme cuja causa foi a extração, escoamento e comercialização do carvão mineral.

No que concerne aos aspetos de ordem política há que referir que é uma realidade que qualquer sociedade humana num contexto espaço-temporal específico sente-se confrontada por problemas e suas resoluções. Esta dicotomia factual induz o pesquisador ao pensamento de Trostsky (1929), segundo o qual a essência da dialética está ligada a contradição, e esta levamos ao conflito que, de forma violenta ou não, conduz-nos a resolução dos problemas. Também, para entender os problemas torna-se peculiar assumir que os seres humanos têm interesses convergentes e conflitantes que afetam o cotidiano das suas vidas e, conseqüentemente, a tomada de decisão tende a assumir a forma de busca de cooperação com alguma solução ajustada em geral e, implicitamente sobre os aspectos conflitantes (Sem, 2010, p. 250).

Ao abordar-se a comparação das condições de vida foi notória a resistência que os cidadãos afetados demonstraram, sobretudo em não querer deixar os locais onde viviam e praticavam as suas atividades cotidianas. Todavia, devido a vários encontros persuasivos que vinham acompanhados por promessas e tendo em conta as possíveis vantagens comparativas, estes optaram por ceder. Neste diapasão, os ditames políticos, sobretudo para a sua vertente persuasiva teve um papel determinante para esta cedência. Aliás, de acordo com Couto (1996, p. 1) a política é a mediadora das relações sociais e é o meio pelo qual ocorre a organização e a manutenção da ordem social. Portanto, é através da política que se garante a pacífica correlação entre as pessoas físicas e jurídicas, devidamente orientadas pelas leis e por outros códigos normativos. Além disso, possibilita que o ser humano – naturalmente um ser político e social – possa contribuir para a melhoria das condições de vida de todo o grupo no qual está inserido.

Todavia, a falta de rigor político, sobretudo na dicotomia eficiência das diretrizes político-jurídicas, tornou-se um espaço fértil para a existência de conflitos. No caso específico do processo de reassentamento na Comunidade de Cateme, a teoria estava imbuída de várias expectativas e, na prática, nem todas expectativas criadas à luz das promessas arroladas foram cumpridas, criando um sentimento de descontentamento. Perante estas realidades, há que reconhecer que qualquer comportamento individual e/ou comunitário que culmina em greve é porque o indivíduo ou a comunidade sente-se excluída ou manipulada pela parte oposta tendo em conta a apreensão e reciprocidade de interesses.

No processo de reassentamento em Cateme, o desencontro entre as promessas que vinham acompanhadas por políticas persuasivas e a prática no terreno foi determinante para a criação de um pensamento coletivo de desconfiança. Igualmente, num contexto de falta de confiança profunda dos cidadãos afetados pelo reassentamento face aos agentes que organizaram o processo, com enfoque no que concerne ao não cumprimento das promessas, a saturação emocional foi o que precipitou a ocorrência de manifestações pacíficas e que, em alguns casos, culminaram com violência, como foi o caso do bloqueio da linha férrea usada para o escoamento do carvão, para além de terem forçado a paralisação temporária das atividades da Vale Moçambique. Em resposta, a Vale Moçambique solicitou a segurança às instâncias governamentais que em resposta enviaram a Força de Intervenção Rápida a qual, com violência, dispersou os manifestantes.

O outro foco de análise da problemática do reassentamento em Cateme relaciona-se com a integração tendo em conta as especificidades culturais. Aliás, todos os seres vivos animados possuem características específicas que surgem como condição *sine qua non* para definir as suas ações comportamentais. No caso específico do ser humano, para além de agir por instinto, a sua conduta é fundamentalmente determinada por uma racionalidade imbuída por valores ético-morais culturalmente padronizadas. Com efeito, há aspectos culturais que foram tidos em conta, como é o caso da cerimónias de despedida dos antepassados nos locais onde foram obrigados a retirarem-se e a cerimónia de purificação para a boa estadia em Cateme.

Todavia, apesar do cumprimento dos rituais referidos anteriormente, há assuntos importantes que os cidadãos diretamente afetados pelo reassentamento foram prometidos, mas não foram tidos em conta, como é o caso da exumação e transferência dos restos mortais dos seus antepassados e familiares contemporâneos falecidos para o cemitério de Cateme. Atualmente, estes restos mortais encontram-se nos locais onde foram obrigados a retirarem-se e, hoje é onde se constata atividades intensas de extração de carvão mineral.

Os cidadãos afetados diretamente pelo reassentamento, assumem que tanto o cemitério, assim como o espíritos dos antepassados, são e devem ser tratados como sagrados. E, concordando com Geertz (1989, p. 92), em todo lugar o sagrado contém em si mesmo um sentido de obrigação intrínseca, ele não apenas encoraja a devoção como a exige, e não apenas induz a aceitação intelectual como reforça o compromisso emocional. Sem (2010, p. 48) acrescenta que uma intervenção económica sem respeito às especificidades culturais pode ser danoso a um país, porquanto pode conduzir a eliminação de suas tradições e herança cultural e, Silva (1963, p. 540) acrescenta

que este procedimento pesa em sentido desfavorável ao desenvolvimento. Concomitantemente, perante os dados até aqui arrolados e tendo em conta os pressupostos da teoria de Gestão Social na perspectiva de Cansado *et al.* (2011), detalhadamente apresentada no espaço introdutório, constata-se incoerências, sobretudo em aspetos atinentes à transparência na dialogicidade e à falta de inclusão eficiente no processo de tomada das decisões.

É um fato que o reassentamento dos cidadãos em Cateme foi motivado por questões econômicas por parte da Vale Moçambique, assim como pelo governo moçambicano, daí a necessidade de ilustrarem-se alguns dados inerentes a estes aspetos. No contexto macroeconômico, Moçambique é um dos poucos países africanos com tendências de prosperidade e dos que mais contribui para o desenvolvimento no mundo (Instituto Humanitas Unisinos, 2011, p. 4). Depois de uma década com um PIB médio de 7.5%, em 2016, o mesmo abrandou para 4.3% devido a maior restrição orçamental, a quebra do investimento direto estrangeiro e, ainda, devido à crise da Dívida Oculta². Todavia, constatou-se um aumento na ordem dos 5.5% em 2017, impulsionado pelas exportações do setor extrativo (SANTOS *et al.*, 2017, p. 2). Entretanto, Castelo-Branco *apud* Courier Internacional (2015, p. 4) afirma que apenas 5% dos lucros gerados pelos investimentos diretos estrangeiros são reinvestidos em Moçambique, enquanto 95% de lucros gerados pelos mega projetos, incluindo o de carvão de Moatize, saem do país. Contudo, os indicadores macroeconômicos do PIB que vêm ilustrados em dados numéricos fazem parte do crescimento econômico o qual, nem sempre é sinônimo de desenvolvimento econômico, apesar de ser um dos pressupostos que pode levar a sustentabilidade. Tendo em conta os dados percentuais ilustrados, a extração do carvão mineral na Bacia carbonífera de Moatize beneficia grandemente os mega projetos, no caso particular a Vale Moçambique. Aliás, são os enormes benefícios que fazem com que esta empresa potencialize os seus meios de produção e as vias para o escoamento do minério em alusão.

Todavia, constata-se um desrespeito aos cidadãos obrigados a abandonar os locais onde anteriormente residiam e em que atualmente ocorrem intensas atividades de extração de carvão mineral. Por exemplo, os reassentados são unânimes em afirmar que nos locais onde anteriormente residiam os terrenos eram maiores e aráveis para a agricultura, contudo, em Cateme

2 Dívida de 2 bilhões de dólares contraída pelo governo de Moçambique sem o aval do parlamento com o pretexto de garantir a vigilância costeira do país e construção e reparação de navios, com a criação de três empresas público-privado, quais sejam: Proindicus, que teria como função garantir a vigilância costeira do país; a EMATUM seria uma empresa de pesca de atum; a MAM (*Mozambique Asset Management*). [Business & Human Rights Resource Center, 2019]

foram cedidos terrenos de apenas um hectare por cada família e, como não bastasse, a maioria deles não aráveis e pedregosos. Também, os cidadãos reassentados em Cateme tinham casas construídas segundo suas vontades nos locais onde foram obrigados a abandonar, cuja persuasão foi de que seriam construídas residências melhoradas e com alicerces de betão. Contudo, a realidade no terreno prova que as casas foram feitas sem alicerces consistentes e, como consequência, as mesmas apresentam várias rachaduras, o que constitui um perigo para a vida destes cidadãos. Portanto, está-se perante uma violação clara dos direitos humanos o que, por sua vez, compromete a estabilidade emocional e a sua sustentabilidade. Ao falar-se de sustentabilidade está-se a referir de mais-valia no que concerne aos processos produtivos, tanto a nível nacional e, principalmente, no contexto onde ocorre diretamente a produção. Entretanto, há evidências claras no contributo que a atividade mineira tem no PIB. Mas, não há clareza na mais-valia do processo produtivo para as comunidades que foram reassentadas em consequência do início da produção de carvão pelos megaprojetos.

A descoberta de Recursos Naturais com enfoque no carvão mineral tem sido interpretada como uma promessa de desenvolvimento. Contudo, as expectativas criadas pela descoberta e posterior exploração do carvão mineral, pela forma como as intervenções são feitas, em vez de estabilizarem as vidas dos que são diretamente afetados, transformaram-se em um pesadelo e, a maioria da população do contexto onde se explora o minério continua a viver abaixo da linha da pobreza. Estes dados são também confirmados pela FAO *apud* Human Rights Watch (2013). Para além do empobrecimento da população diretamente afetada pelo reassentamento, Mosca & Selemane (2013, p. 26) acrescentam que as populações vizinhas dos grandes projetos sofrem com efeitos ambientais, sobretudo com as poeiras negras, fruto da intensa atividade de extração do carvão mineral, agudizando as perdas de bem-estar.

O desenvolvimento é o fim último que os cidadãos almejam e há que destacar a sustentabilidade da intervenção. Ao falar-se de sustentabilidade refere-se a mais-valia no que concerne aos processos produtivos, tanto a nível nacional e, principalmente, no contexto onde ocorre diretamente a produção. Para o primeiro caso, há evidências claras no contributo que a atividade mineira tem no PIB e no desenvolvimento mundial. Contudo, não há clareza na mais-valia do processo produtivo para as comunidades que foram reassentadas em consequência do início da produção de carvão pelos mega projetos e, neste caso específico, a mais-valia oriunda da Vale Moçambique.

O presente estudo evidencia um desenvolvimento insustentável por beneficiarem prioritariamente aos acionistas das empresas transnacionais, as quais se apropriam da terra, dos recursos naturais, da natureza e destroem a

vida de pessoas, animais e ecossistemas em nome do “desenvolvimento” e do lucro, forçando injustamente o reassentamento de muitas comunidades sem garantir a canalização dos devidos benefícios compensatórios e indenizações. Portanto, está-se perante o capitalismo selvagem em que, independentemente dos meios, o que interessa é a operacionalização do que está planejado, onde se privilegiam os objetivos finais, sem olhar para os meios que levam ao alcance dos respectivos objetivos.

Conclusão

Depois da identificação do problema que guiou a presente análise e perante um trabalho cujo prólogo foi a visita as literaturas relacionadas com o tema, passando por uma pesquisa de campo onde se privilegiou um contato direto com os cidadãos afetados pelo reassentamento e uma posterior análise minuciosa dos dados recolhidos, constatou-se que vários fatores, fundamentalmente exógenos, foram a causa dos conflitos.

Quanto a integração sócio-cultural, constatou-se que alguns aspectos foram respeitados, o que agrada os cidadãos reassentados em Cateme. Contudo, há outras realidades sócio-culturais sensíveis que não foram respeitados, como é o caso da exumação dos restos mortais dos seus entes queridos nos locais de proveniência para próximo da comunidade onde atualmente vivem, para além dos antigos cemitérios serem hoje locais onde se constata intensa atividade de extração mineral.

Constatou-se também o desencontro entre as promessas feitas tanto pela Vale Moçambique como pelo governo aos cidadãos que foram reassentados, cujos discursos tendiam para a melhoria das condições de vida após o reassentamento e o conseqüente aparente e efetivo incumprimento das promessas. O aparente incumprimento é pelo fato de algumas informações obtidas pelos reassentados não ser confirmado pela empresa Vale Moçambique, como é o caso da quantidade e período da doação de cabazes de alimentos. Também, questões inerentes à adaptação no local de chegada teve um peso na tomada de algumas decisões conflituais.

Em suma, no presente momento, a extração mineira em vez de conduzir a uma integração sustentável e sócio-cultural dos cidadãos reassentados e que sofreram diretamente no processo, foi, na realidade, desfavorável para estas comunidades. Portanto, a descoberta de recursos minerais, com enfoque no carvão mineral, apesar de considerar-se como uma promessa para o desenvolvimento, os lucros da venda deste mineiro ainda não refletiram na

melhoria das condições de vida dos cidadãos diretamente afetados e, o mais grave, constatou-se o não respeito a algumas especificidades socioculturais o que, por sua vez, concorre para uma realidade clara de um integração e desenvolvimento insustentável.

Recomendações

Dentre vários aspetos que carecem de melhorias, destaca-se a necessidade do envolvimento ativo dos sujeitos que posteriormente poderão ser reassentados. Esta prática carece de um diálogo franco e apresentação de aspetos concretos cujas conclusões devem ser de consenso. Portanto, os contratos celebrados entre as empresas multinacionais com o governo de Moçambique devem, em última instância, corresponder aos anseios e necessidades do governo e, principalmente, do contexto espacial e sócio-cultural da população diretamente afetada.

Para que se evite o incumprimento das cláusulas contratuais, cabe ao governo uma supervisão e inspeção rigorosa do que foi acordado, não apenas nas questões ligadas ao pagamento de impostos, mas também na concretização das suas obrigações para com os cidadãos reassentados. A intervenção coerente do governo é incontornável e pode desempenhar o papel fulcral na instalação de um ambiente de confiança no seio da comunidade e esta, tornar-se gradualmente, a principal protagonista do seu próprio desenvolvimento. Para tal, deve-se pautar por uma metodologia que se fundamente numa combinação dinâmica e criativa de ação e reflexão, de prática e teoria.

É sabido que a extração do carvão mineral foi a causa que impulsionou o reassentamento das populações para Cateme e este minério é um recurso esgotável em médio prazo. Perante este cenário, é dever dos atores diretamente envolvidos nos processos de reassentamentos e extração mineira a pesquisa e apresentação de ações alternativas sustentáveis no presente, com reflexos a médio e longo prazo.

Referências

- Amorim, A., Sobre a lei em Aristóteles, São Carlos, UFSCar, 2011.
Beyhaut, G. Dimensão cultural da integração na América Latina, Estudos Avançados, IEAUSP, 1994.
Bosi, A., Dialética da colonização, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

- Bourdieu, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo, Perspectiva, 1974
- Business & Human Rights Resource Centre, Moçambique: ‘Dívidas Ocultas’ envolvem criação de empresas público-privadas que fariam vigilância costeira e empréstimos com bancos estrangeiros, mas empresas não operaram. 2019.
- Cansado, *et al.* “Gestão Social: Reflexões teóricas e conceituais” Fundação Getúlio Vargas, Escola Superior de Administração Pública e de empresas, Botafogo, Brasil, 2011.
- Camargo, A. Sustentabilidade – entraves globais e reflexões. In: Desenvolvimento sustentável – dimensões e desafios. Campinas: Papirus, 2003.
- Carta de Ottawa. Primeira Conferência Internacional sobre a Promoção da Saúde, Ottawa, 1986. Available on <www.opas.org.br>.
- Carson, R., Contingent valuation: A user’s guide. Environmental, Science and Technology, Columbia, Columbia University, 1989.
- Cavalcanti, C. (org.). Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável, São Paulo, Cortez, 2003.
- Chiavenato, I., Introdução à teoria geral da administração: Uma visão abrangente das organizações, 7 edição, Elsevier, Rio de Janeiro: 2003.
- Courrier Internacional, Moatize, a maldição do carvão, moçambique, edição 2014. in: diário angolano. Available on: <http://diarioangolano.com/index.php/internacional/8571-moatize-a-maldicao-do-carvao>.
- Couto, G., Qual a importância da política? 3ffl, Concurso de Redação Cód. EJESC 3063 ESCOLA PARTICULAR FAIXA ETÁRIA, Série Colégio da Lagoa Florianópolis/SC 25/01/1996. Available on: <http://www.tre-sc.jus.br/site/resenha-eleitoral/n-2-juldez-2012/campanha-votar-e-massa/redaca>.
- Dahal, R., Sobre a democracia, Editora Universidade de Brasília, Brasília, 2001.
- Decreto n. 31/2012, de 8 de agosto que regulamento de reassentamento resultante de actividades económicas.
- Fian. Desenvolvimento, para quem? Impacto dos projetos de desenvolvimento sobre os direitos sociais da população rural moçambicana. Heidelberg: FIAN International, 2010.
- Fischer, D. & Melo, P., “Programa de desenvolvimento e gestão social: uma construção coletiva” In: Fischer, T. *et al.*, Gestão do desenvolvimento

territorial e residência social: casos para ensino, Salvador, EDUFBA, CIAGS/UFBA, 2006.

Freire, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed., Paz e Terra, São Paulo, 1987.

_____. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*, 9. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2001.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 29. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1996

Governo do Distrito Federal de Brasília, *Brasília sustentável: Projeto integrado vila estrutural-Pive*, Brasília, Editora Vozes, 2008.

Geertz, C., *A interpretação das culturas*, LTC — Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. Rio de Janeiro, 1989

Gustavo, L., *O reassentamento como promotor de Capital Social em políticas públicas Urbanas*, Tese apresentada à faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, para a obtenção de grau de Doutor, 2008.

Human Rights Watch, “O que é uma Casa sem Comida?” *O Boom da Mineração em Moçambique e o Reassentamento*, New York, ISBN: 978-1-6231-30152, 2013.

International Energy Agency. *World Energy Outlook*. International Energy Agency. Paris, 2014.

José, D. S. & Sampaio, C. H., 2011. *Estado da arte da mineração em Moçambique: Caso carvão de Moatize, Tete*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul-RS, Brasil.

Laraia, R., *Cultura: um conceito antropológico*, 14^{ff} edição, Rio de Janeiro, Zahar, 2001.

Leite, Denise e MOROSINI, Marília Costa (Org.). *Universidade e Integração no Mercosul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

Lillywithe S., at al, *Mineração, reassentamento e meios de vida perdidos Ouvindo as vozes das comunidades reassentadas em Mualadzi, Moçambique*, Oxfam, Maputo, 2015

Mediafax. *Recursos minerais em Moçambique*. “Temos ainda por explorar”. Quinta feira, 22 de Julho de 2010, Maputo, Moçambique.

Ministério de Integração Nacional do Brasil. *Programa de reassentamento das populações, Projecto São Francisco, Água a quem tem sede*, São Francisco, 2008.

Ministério do Meio Ambiente (MMA). *Controle Social e Licenciamento Ambiental*, FBOMS/MMA., BRASIL, 2006.

- Mosca, J & Selemane, T, El doutado tete, ciedema, CIP, Maputo 2011.
- Mosca, J. & Selemane, T. Grandes Projectos e Segurança Alimentar em Moçambique Maputo, 2013. Available on: <https://cesa.rc.iseg.ulisboa.pt/files/Comunicacoes/JMosca2.pdf>
- Quembo, C., “O poder do poder: Operação Produção (1983) e a produção dos ‘improdutivos’ urbanos no Moçambique pós-colonial” In: Cadernos de História de Moçambique, 1, Departamento de História-UEM, Maputo, 2012, pp. 65-81
- Instituto Humanitas UNISINOS, Moçambique: “o menino bonito” da vale. entrevista especial com jeremias vunjanhe 2011. Available on: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/500479-mocambique-o-menino-bonito-da-vale-entrevista-especial-com-jeremias-vunjanhe>
- Pagliariini-Junior, Reconstruindo territórios e identidades: O processo de inserção dos moradores do Reassentamento São Francisco de Assis nas cidades de Corbélia e Cascavel – Paraná, São francisco, Gravita Publicações, 2009.
- Pires, R., “Uma teoria dos processos de integração” in: Sociologia - Problemas práticos, no 30, São Paulo, ISCTE, 1999.
- Santos, *et al.*, Moçambique, 2017. Available on: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/9789264278707-47-pt.pdf?expires=1570038716&id=id&accname=guest&checksum=3DAB-34899967F62B5B56E670C10E84D7>
- Scharf, Regina. Manual de Negócios Sustentáveis. São Paulo, Amigos da Terra, 2004.
- Selemane, T. Alguns desafios na indústria extractiva em Moçambique, CIP, Maputo, 2009.
- Sem, A., Desenvolvimento como Liberdade, Companhia de Letras, São Paulo, 2010.
- Silva, M., Fases de um processo de Desenvolvimento Comunitário, 1963. Available on: http://analisesocial.ics.ul.pt/%3Fpage_id%3D7.
- Stallivieri, L. - A RELAÇÃO CULTURAL COMO FATOR DE INTEGRAÇÃO, Available on: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/relacao_cultural.pdf.
- Tenório, F., Tem razão a administração?, Ijuí,: Editora da UnIjuí, 2008a.
- _____. Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado, 3a Edição Ijuí: Editora da Unijuí, 2008b.

Trotsky, L., *The Permanent Revolution*, Publisher Proposal Editorial, New York, 1929.

Vale Moçambique, *Position Paper*- sobre os reassentamentos em Moçambique (2013).

RESUMO

Este artigo discute o processo de integração dos reassentados em Cateme, distrito de Moatize, província de Tete-Moçambique, como fruto do início de extração do carvão mineral, cujo foco centra-se na dicotomia integração sócio-cultural e desenvolvimento sustentável. Para o efeito, aplicou-se o método qualitativo na sua vertente etnográfica. Após um trabalho de campo onde se privilegiou a observação participante, constatou-se que a extração mineira em vez de conduzir a uma integração sócio-cultural e sustentável aos cidadãos reassentados em Cateme, caracteriza-se por uma realidade desfavorável para estas comunidades. Portanto, há evidências do não respeito a algumas especificidades socioculturais o que, por sua vez, concorre de forma clara, para uma integração deficitária e desenvolvimento insustentável. Outro fator que contribui para estas realidades é o desencontro factual entre as promessas feitas tanto pela Vale Moçambique assim como pelo governo aos cidadãos reassentados, em que se constatou um aparente e efetivo incumprimento das promessas, criando um ambiente de descontentamento e conseqüente abertura de um espaço para a existência de conflitos entre os cidadãos reassentados e os agentes que causaram o reassentamento.

PALAVRAS-CHAVE

Reassentamento; Integração; Cultura; Desenvolvimento sustentável.

Recebido em 6 de agosto de 2019

Aceito em 7 de setembro de 2019